

12  
Cout

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA  
UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS  
CONSELHO UNIVERSITÁRIO

ATA 03/84

001. Aos vinte e cinco dias do mês de junho de mil novecentos e oi-  
002. tenta e quatro, às nove horas, no Salão Nobre da Faculdade de  
003. Agronomia Eliseu Maciel, realizou-se uma reunião ordinária do  
004. Conselho Universitário da Universidade Federal de Pelotas, con-  
005. vocada e presidida pelo Senhor Presidente Magnífico Reitor T  
006. Prof. José Emilio Gonçalves Araujo. Estavam presentes os se-  
007. guintes Conselheiros: Profa. Clinéa Campos Langlois; Prof. '  
008. Adolfo Amilcar Aranalde; Prof. Eduardo Allgayer Osório; Prof. '  
009. Paulo Silveira Junior; Prof. Ruy Brasil Barbedo Antunes; '  
010. Profa. Élide Minioni, Prof. Gilberto Azambuja Centeno; Prof. '  
011. José Leomar Böhn; Prof. Rubens Bellora; Prof. Daniel de Souza  
012. Soares Rassier; Profª Leila Hadler; Prof. Léo Zilberknop; '  
013. Prof. Mauro Gomes de Mattos; Profa. Consuelo de Azevedo Re-  
014. quião; Profa. Carmén Lúcia M. Hernandorena; Prof. Ivo Gomes '  
015. de Mattos; Prof. Sérgio Romeu Vianna da Cruz Lima; Profa. Gil-  
016. ce Marlene W. da Cunha; Prof. Carlos Rodrigues Peixoto; Prof. '  
017. Renato Luiz Mello Varoto; Prof. Antonio Xavier Andrade; Profa. '  
018. Emília Nalva Ferreira; Prof. Jau Paulo Goulart; Prof. Paulo '  
019. Afonso Rheingantz; Profa. Zilma H. Cavalcanti Millan; Prof. '  
020. José Francisco G. Moreira; Prof. Isidoro Halpern; Prof. Ivan  
021. Soares Gervini; Prof. Helvio Debli Casalinho; Prof. Morenei '  
022. Oliveira Chaves; Prof. Claudio Borba Gomes; Profa. Antonina Zu  
023. lema D'Avila Paixão; Dr. Ronald Becker e os Acadêmicos José Mi  
024. guel Quedi Martins; Neomir Alcântara; Carlos Atilio Todeschi-  
025. ni; Angela Amaral e Clovis Napp. Havendo número legal de Conse  
026. lheiros, o Senhor Presidente deu por aberta a sessão. ORDEM DO  
027. DIA - ITEM I - APROVAÇÃO DA ATA DA SESSÃO ANTERIOR - Colocada  
028. em discussão foi a mesma aprovada pela maioria, com as seguin-  
029. tes ressalvas feitas pela Conselheira Carmen Lúcia M. Hernando  
030. rena: fls. 03, linha 153, onde se lê a palavra "podemos" deve se  
031. ler "podemos"; fls. 04, linha 203, acrescentar a palavra "quase"  
032. antes da palavra "totalidade"; fls. 05, linha 246, acrescentar  
033. antes da expressão "carga horária", a palavra "aumento"; fls. '  
034. 06, linha 306, retificar a expressão "três anos" para "treze '  
035. anos"; fls. 08, linha 396 substituir a expressão "vem de encon  
036. tro as" pela expressão "vem ao encontro de"; substituindo tam-  
037. bém na mesma linha a palavra "ratificar" por "retificar" -  
038. ITEM II - ELEIÇÃO DE REPRESENTANTE (titular e suplente) DO CON  
039. SELHO UNIVERSITÁRIO JUNTO AO COCEPE - A seguir o Senhor Presi-  
040. dente explicou aos Conselheiros que iria se proceder esta elei  
041. ção, em vista do término do mandato do Conselheiro Rubens Bel-  
042. lora. Após a distribuição das cédulas, o Senhor Presidente con  
043. vidou os Conselheiros Renato Luiz Mello Varoto, Zilma H. Caval  
044. canti Millan e Claudio Borba Gomes, para que os mesmos proce-  
045. dessem o escrutínio dos votos, sendo apurados os seguintes vo-

A

046.tos: Representante Titular: Ivan Soares Gervini, um voto; Ivo  
047.Gomes de Mattos, um voto; Helvio Debli Casalinho, nove votos;  
048.Rubens Bellora, vinte e cinco votos. Suplente: Helvio Debli  
049.Casalinho, dois votos; Morenei Oliveira Chaves, sete votos;  
050.Mauro Gomes de Mattos, vinte e dois votos; Paulo Silveira Ju-  
051.nior, um voto; Ivan Soares Gervini, dois votos; Daniel de Sou-  
052.za Soares Rassier, um voto; Renato Luiz Mello Varoto, um vo-  
053.to. Ficaram eleitos, para representante titular do Conselho  
054.Universitário junto ao COCEPE, o Conselheiro Rubens Bellora,  
055.tendo como suplente o Conselheiro Mauro Gomes de Mattos. ITEM  
056.III - CONCESSÃO DO TÍTULO DE PROFESSOR "HONORIS CAUSA" AO DR.  
057.MÁRIO BROCK - PROCESSO Nº 23110.001687/84-8 - O Senhor Presi-  
058.dente solicitou ao Conselheiro Léo Zilberknop que fizesse o  
059.relato do referido processo. O relator fez uma síntese do pro-  
060.cesso, ressaltando que foi constituída uma Comissão para estu-  
061.dar o referido processo, sendo a mesma composta pelos Conse-  
062.lheiros Eduardo Allgayer Osório, Ruy Brasil Barbedo Antunes e  
063.sua pessoa. Posteriormente exarou o parecer da Comissão: A  
064.Comissão Especial, reunida em 18.06.1984, designou como rela-  
065.tor o Prof. Eduardo Allgayer Osório, tendo aprovado o seguin-  
066.te parecer: 1. O Dr. Mario Brock, nascido no Rio de Janeiro  
067.em 09.10.1938, concluiu em 1962 Curso de Medicina na Universi-  
068.dade do Rio de Janeiro tendo desempenhado as funções de Assis-  
069.tente Científico do Departamento de Neurocirurgia do Institu-  
070.to Neurológico da Universidade do Brasil e, após concurso pú-  
071.blico, de Chefe do Departamento de Neurocirurgia do Hospital  
072.da Polícia Militar no Rio de Janeiro. 2. A partir de 1964 de-  
073.envolveu atividades profissionais em Colônia, Alemanha, ini-  
074.cialmente como Residente na Clínica Universitária Neurológi-  
075.ca de Colônia, tendo defendido tese e, a partir de 1966, como  
076.Assistente Científico na Clínica Universitária de Neurocirur-  
077.gia de Mainz. 3. Em 1970 foi reconhecido como Médico Especial-  
078.lista de Neurocirurgia pela Câmara Médica Regional de Rhein-  
079.land e primeiro Médico Chefe da Clínica de Neurocirurgia da  
080.Faculdade de Medicina de Hannover sendo, em 1974 nomeado Pro-  
081.fessor Especial para Neurocirurgia.4. Em 1978 assumiu na Uni-  
082.versidade Livre de Berlim como Professor Ordinário de Neuro-  
083.cirurgia tendo, em 1981, sido convidado para Membro da Comis-  
084.são de Especialistas do Instituto para Questões de Concursos  
085.Médico e Farmacêuticos. 5. Elaborou e defendeu 09 (nove) dis-  
086.sertações inaugurais e 03 (três) teses de habilitações; profe-  
087.riu 08 (oito) conferências em Congressos Internacionais; ori-  
088.entou 15 (quinze) bolsistas estrangeiros sendo 07 (sete) do  
089.Brasil; editou 19 (dezenove) obras científicas; publicou 100  
090.(cem) trabalhos em revistas científicas, tendo participado de  
091.dezenas de cursos em Universidades Alemãs, de Comissões Médi-  
092.cas Nacionais e Internacionais, da direção e organização de  
093.diversos Congressos Técnicos. 6. O Dr. Mário Brock tem colabo-  
094.rado no desenvolvimento da Neurocirurgia no Brasil e, de for-  
095.ma especial, com a Universidade Federal de Pelotas, aqui mi-  
096.nistrando o 1º Curso de Extensão em Neurocirurgia, doando sig-  
097.nificativo acervo bibliográfico à Faculdade de Medicina, bem  
098.como equipamento (ecoencefalógrafo Kreitz) de inestimável va-  
099.lor para exame de pacientes do Hospital Escola da Universida-  
100.de. 7. Decorrente desta colaboração resultou o Protocolo de

*[Handwritten signature]*

158  
Paul

101. Intenções, firmado em 1983, pelas Universidade de Berlim e  
102. Universidade Federal de Pelotas, visando a elaboração de Con-  
103. vênio com o objetivo de desenvolver didática e científicamen-  
104. te a área de Neurologia e Neurocirurgia. 8. Como brasileiro,  
105. o Dr. Mário Brock destacou a Medicina do Brasil em Terras do  
106. Velho Mundo, especialmente Alemanha. 9. O exame do Art. 337  
107. do Regimento Geral da Universidade Federal de Pelotas prevê a  
108. outorga do título de Professor "Honoris Causa" a professores  
109. e cientistas insígnies, alheios à Universidade, que tenham con-  
110. tribuído para o desenvolvimento do ensino e pesquisa. Conside-  
111. rando os fatos e examinado o mérito, a Comissão Especial opi-  
112. na favoravelmente à outorga do título de Professor "Honoris  
113. Causa", ao Dr. Mário Brock. ITEM IV - APRECIÇÃO DE RECURSOS.  
114. O Sr. Presidente solicitou ao Presidente da Comissão de Le-  
115. gislação e Normas do Conselho Universitário, Conselheiro Ru-  
116. bens Bellora, que fizesse o relato referente aos processos que  
117. tramitam na Comissão e que estão pendentes de decisão. PRO-  
118. CESSO nº 23110.000664/84-4 - PROFª GILDA CORRÊA MEYER RUSSO -  
119. MANO - Usando a palavra o Conselheiro Rubens Bellora disse que  
120. trata-se o presente processo de um recurso impetrado pela re-  
121. corrente, contra o despacho do Magnífico Reitor, e interposto  
122. com fundamento no art. 17, inc. II do Estatuto, e no art. 18,  
123. inciso II do Regimento Geral da UFPEL. Em sua explanação o  
124. Conselheiro Rubens Bellora a fez de maneira ampla aos Conse-  
125. lheiros, relatando todas as peças constantes do processo. Fi-  
126. nalizando, o Conselheiro relator disse que a Comissão de Le-  
127. gislação e Normas emitiu o seguinte parecer, referente ao pro-  
128. cesso em pauta. - A Comissão, por decisão da maioria de seus  
129. membros, deliberou eximir-se do exame do mérito da questão in-  
130. vocada pela Professora Gilda Maciel Corrêa Meyer Russomano,  
131. por entender o recurso carente de objeto. De fato, a requerente  
132. pretende seja-lhe concedida cedência ao Instituto Rio Bran-  
133. co durante o corrente ano de 1984, mas conforme consta no pro-  
134. cesso, em cópia "xerox", solicitou - e lhe foi deferida - li-  
135. cença especial pelo prazo de seis meses, de 27.06.84 a 26.12.  
136. 84. Tal período de licença especial soma-se a outro, de 16.  
137. 02.84 a 26.06.84, do qual a requerente já se encontra em ple-  
138. no gozo, também conforme consta deste processo em cópia "xe-  
139. rox". Assim, o período de licença-especial já gozada e já con-  
140. cedida abrange, na prática, o ano de 1984, razão pela qual  
141. julga a Comissão descaber o exame de mérito do recurso inter-  
142. posto, por faltar-lhe, como decorrência dos fatos já aponta-  
143. dos, objeto efetivo -. O Senhor Presidente colocou o parecer-  
144. do relator em discussão, sendo o mesmo aprovado por unanimida-  
145. de dos Conselheiros presentes. PROCESSO nº 23110.002609/84-0  
146. GIOVANI MENDES DA SILVA - O relator da Comissão de Legislação  
147. e Normas, disse que trata-se o presente processo de um recur-  
148. so impetrado pelo recorrente, que, inconformado com a decisão  
149. da Reitoria, constante da Portaria Reservada nº 190/84 de  
150. 03.03.84, que lhe aplicou a pena de rescisão contratual, fun-  
151. dada nas regras do art. 323, IV do Regimento Geral da Univer-  
152. sidade, combinado com o art. 482 "a" da CLT, vem recorrer a  
153. este Egrégio Conselho Universitário. O relator sintetizou aos  
154. Conselheiros presentes, o conteúdo de todo o processo, e, ao  
155. final, exarou o parecer da Comissão de Legislação e Normas:

kg

159  
out

156. GIOVANI MENDES DA SILVA, inconformado com a decisão da Egré-  
157. gia Reitoria, constante da Portaria Reservada nº 190, de 03  
158. de abril de 1984 - aliás, ressalte-se, com enquadramento nas  
159. disposições regimentais e consolidadas diverso do Relatório-  
160. da Comissão que, aprovando o Relatório Conclusivo elaborado-  
161. pela Comissão de Sindicância instituída pela Portaria 0035 ,  
162. de 11 de janeiro de 1984, que lhe aplicou pena de rescisão -  
163. contratual, fundada nas regras do artigo 323, IV, do Regimen  
164. to Geral da Universidade, combinado com o artigo 482, "a" ,  
165. da Consolidação das Leis do Trabalho, interpõe recurso peran  
166. te o Conselho Universitário desta Universidade. Opinando fa-  
167. voravelmente quanto à interposição do citado recurso, porém  
168. apenas em seu efeito devolutivo, a Procuradoria Jurídica en-  
169. controu arrimo no inciso II artigo 17 do Estatuto da Univer-  
170. sidade Federal de Pelotas. E, por fim, o Conselho Universitá  
171. rio, na reunião de 9 de maio de 1984, decidiu encaminhar to-  
172. do o expediente à Comissão de Legislação e Normas, para a de  
173. vida análise. Em suas razões de recurso, sob o aspecto de  
174. preliminar, o impetrante argüi a não observância das regras  
175. dos artigos 115 do Estatuto e 319, parágrafo único, do Regi  
176. mento da Universidade Federal de Pelotas. Desta forma, pede  
177. a anulação de todo o processado. Ainda, neste aspecto, alude  
178. a dispositivo constitucional, garantidor de ampla defesa, o  
179. que não teria acontecido na espécie dos autos. No mérito, as  
180. severa incorreta a conclusão da Comissão de Sindicância, que  
181. lhe atribui ato de improbidade, mais especificamente, auto-  
182. ria e responsabilidade pelo furto de um pedaço de carpete e  
183. desaparecimento temporário de um saco de tinta em pó hydrax,  
184. do patrimônio da Rádio Cosmos. No que tange à preliminar, en  
185. tende-se que a mesma não deverá ser acolhida. O recorrente ,  
186. através do pronunciamento de fls. 21/23, inclusive juntando  
187. documentos, exercitou, plenamente, seu direito de defesa. As  
188. normas regimentais, assim, resultaram observadas. Quanto ao  
189. mérito, mostram-se débeis os elementos dos autos no que con-  
190. cerne à imputação do ato de improbidade que se diz perpetr  
191. do pelo recorrente, concretamente a subtração de um pedaço de  
192. carpete e sua responsabilidade pelo desaparecimento temporá-  
193. rio de um saco de tinta em pó hydrax. Como se nota de depoi-  
194. mento de testemunhas e ofício da Administração da Rádio Cos-  
195. mos, com alguma frequência, vinham desaparecendo objetos da  
196. emissora, sem que nada se soubesse a respeito do autor ou au  
197. tores dos furtos. E, a respeito dos objetos acima nominados,  
198. a suspeita caiu sobre o recorrente, pois que no dia 21 de no  
199. vembro de 1983 utilizou-se do carro Fiat, de uso da aludida-  
200. rádio, no interior do qual foi encontrado, por colegas seus,  
201. um saco de hydrax. Aqui, convém seja feita a seguinte obser-  
202. vação: o citado veículo era utilizado por vários funcionários  
203. da UFPEL. Para averiguar o comportamento do recorrente, que  
204. começava a ser suspeito como autor de furto contra o patrimô  
205. nio da Universidade Federal de Pelotas, foi-lhe pedido que  
206. no dia seguinte abastecesse o carro em alusão, sem que sou-  
207. besse os motivos determinantes de tal ordem. Posteriormente,  
208. o objeto citado apareceu no lugar de origem. O fato do re-  
209. corrente ter referido em suas razões de defesa que "não cons  
210. titui delito, o fato de alguém mudar de lugar algum objeto ,

H

160  
Jul

211.transportá-lo e recolocá-lo em seu lugar, a não ser que te-  
212.nha o animus do furto, no que o delito ficaria de forma ten-  
213.tada", não implica em confissão no que tange ao transporte -  
214.do saco de hydrax do carro Fiat para o local de que fora sub-  
215.traído. Tal alegação deve ser tida como feita "ad argumentum",  
216.para lembrar que, até mesmo que assim houvesse sido, não  
217.ocorreria crime de furto, porque a regra do artigo 13 do Có-  
218.digo Penal Brasileiro, que contempla as figuras de desistên-  
219.cia voluntária e arrependimento eficaz, impediria similar  
220.qualificação delituosa. E, pelo que se nota à fls. 158, (item  
221.20) a conclusão a que chegou a Comissão de Sindicância, buscou  
222.fulcro na parte acima reproduzida das razões de defesa do en-  
223.tão indiciado, para propor a rescisão contratual do mesmo. A  
224.entrega do veículo, para fins de abastecimento, ao recorre-  
225.te no dia seguinte (dia em que foi encontrado um saco de Hy-  
226.drax no interior do carro Fiat), assemelha-se à hipótese do  
227.flagrante preparado, em que a parte que se quer incriminar,  
228.de bom ânimo colabora na manobra do agente. E, pela existên-  
229.cia de pelos, que poderiam ser do carpete, conclui-se pela  
230.autoria e responsabilidade do recorrente; Na verdade, não há  
231.prova de que o recorrente haja subtraído os objetos já mui-  
232.tas vezes mencionados. Foi criada situação, para que fosse  
233.possível atribuir-se responsabilidade ao suplicante. Não há  
234.mesmo certeza de que a restituição houvesse sido feita pelo  
235.recorrente. Não é demais supor que outro(s), que não o supli-  
236.cante, temeroso(s) de ser(em) descoberto(s) houvesse(m) tudo  
237.realizado para um desfecho duvidoso, capaz, prima facie, de  
238.incriminar o recorrente. Por outro lado, a justa causa, en-  
239.volvendo ato de improbidade (art. 482 "a" da CLT), tem de ser  
240.cumpridamente provada o que, in casu, incorreu. Invoque-se  
241.a jurisprudência: 1) "Sendo a mais séria acusação que se po-  
242.de levantar contra alguém, a improbidade só pode ser aceita  
243.mediante prova irretorquível: a "HONRA É O MAIOR PATRIMÔNIO-  
244.DO HOMEM" (TRT 3ªReg.1.254-Ac.1a.T.24.2.76-Rel.Juiz Osiris -  
245.Rocha) - in Ltr. 41/241. 2) "A alegação da empresa de haver  
246.o empregado cometido ato de improbidade, furtando mercadoria  
247.de seus depósitos e falsificando documentos de controle, é  
248.de extrema gravidade e só pode ser admitida se objeto de in-  
249.duvidosa comprovação nos autos, não apenas da materiabilida-  
250.de dos atos, mas também de sua autoria." (TRT-3ªReg.2.091/79-  
251.Ac.1ª T.11.2.80 Rel.Juiz Ney Proença Doyle -) in Ltr 44/1.154  
252.3) "A justa causa envolvendo a improbidade, só muito bem pro-  
253.vada, merece acolhimento, rejeitando-se alegações infunda-  
254.das" (TRT-8ª. Região-Ac.Unân. 1.019 de 21.9.83 - Rel. - Juiz  
255.Pedro T. Soriano de Mello. - in Adcoas Ano XVI - 1984 - n.1-  
256.(94.654). ASSIM, a Comissão opina pelo provimento do recurso,  
257.com a consequente readmissão pura e simples do recorrente. É  
258.o parecer, s.m.j. O Senhor Presidente colocou em discussão o  
259.parecer do relator. A seguir concedendo a palavra solicitada  
260.pelo Conselheiro Rubens Bellora, este disse que queria expli-  
261.car que o recorrente pede, quando for provido o recurso, rein-  
262.tegração ao emprego com todos os direitos e vantagens do car-  
263.go. O parecer é no sentido da readmissão pura e simples, di-  
264.zendo que as duas expressões tem significado de trabalho um  
265.pouco diferente, dizendo que a reintegração, que é o pedido

lt

266.do recorrente, significa o seu retorno com todo o salário  
267.durante o afastamento, e a Comissão opina pela readmissão.  
268.O Senhor Presidente a seguir colocou em votação o parecer  
269.do relator, sendo o mesmo aprovado pela maioria dos Conse-  
270.lheiros com apenas uma abstenção. O Conselheiro Antonio Xa-  
271.vier Andrade, disse que queria fazer uma declaração de vo-  
272.to, dizendo que embora a Comissão de Legislação e Normas di-  
273.ga em seu parecer que o recorrente deva ser readmitido, a  
274.sua declaração de voto é que o recorrente deva ser ressarci-  
275.do da sua despesa desde o momento que começou esta situa-  
276.ção. ITEM V - CONHECIMENTO DE MANIFESTAÇÃO ORIUNDAS DA FA-  
277.CULDADE DE VETERINÁRIA E FACULDADE DE AGRONOMIA ELISEU MA-  
278.CIEL - Primeiramente o Senhor Presidente passou ao Conse-  
279.lheiro Daniel de Souza Soares Rassier o documento que con-  
280.tinha as manifestações oriundas da Faculdade de Veterinária  
281.ria, solicitando que o mesmo relatasse aos Conselheiros pre-  
282.sentes. Usando da palavra o Conselheiro Daniel de Souza Soa-  
283.res Rassier leu o documento em sua íntegra aos Conselhei-  
284.ros, dizendo que o documento foi elaborado por professores  
285.e alunos da Faculdade de Veterinária, e que o mesmo expres-  
286.sa a realidade do Hospital de Clínicas Veterinária da Uni-  
287.versidade Federal de Pelotas. Este documento foi aprovado  
288.pelo Departamento de Clínica Veterinária, pelo Conselho De-  
289.partamental da Faculdade de Veterinária, e por uma Assem-  
290.bléia extra-oficial, onde participaram a maioria dos profes-  
291.sores, alunos e funcionários da Faculdade de Veterinária.  
292.Em seu relato do documento, o Conselheiro abordou a época  
293.em que surgiu o Hospital de Clínicas Veterinária, e que  
294.atendia as necessidades referentes as suas instalações e  
295.equipamentos a uma novel Faculdade recém criada, mas que  
296.com o correr do tempo foi o Hospital de Clínicas Veterinária  
297.ria, em suas diversas instalações, equipamentos, material,  
298.ficando obsoleto referente a época. Ressaltou ainda em sua  
299.explanação ao número insuficiente de salas de aula, repor-  
300.tando-se também ao bloco cirúrgico, que apresenta péssimas  
301.condições, vindo de encontro frontal às normas fundamenta-  
302.is, à base da cirurgia atual que é a assepsia. O não supri-  
303.mento regular da Farmácia, de medicamentos essenciais é ou-  
304.tro fato que vem repercutindo negativamente junto aos pro-  
305.fissionais e desmotivando os alunos e sobretudo descreden-  
306.ciando o Hospital de Clínicas Veterinária: junto a comunida-  
307.de. Citou ainda como fatores negativos a energia elétrica,  
308.o depositário de cães, o potreiro-enfermaria, aliado a tudo  
309.isto o transporte disponível, atualmente não dispondo o Hos-  
310.pital de Clínicas Veterinária: de nenhuma viatura para as  
311.aulas práticas e prestação de serviços. Disse ainda o Conse-  
312.lheiro, que o presente documento se caracteriza por ser es-  
313.tritamente informativo e reivindicatório, sem qualquer co-  
314.notação política, tendo por objetivo cicatrizar uma ferida  
315.que supura a Faculdade de Veterinária há doze anos, sem  
316.qualquer tratamento preventivo até agora. Sugere que sejam  
317.melhoradas urgentemente as condições gerais do Hospital de  
318.Clínicas Veterinária, através de medidas que corrijam defi-  
319.nitivamente os pontos etiológicos do problema, como os re-  
320.cursos regulares, suprimento constante e adequado. criação

KA

321.de um ambiente de ensino compatível com a dignidade humana,  
322.aulas práticas, cumprimento do currículo, qualidade de ensi-  
323.no e aprendizado objetivo, de acordo com a realidade nacio-  
324.nal - é o que buscamos e isto só podemos conseguir compati-  
325.bilizando no âmbito do Hospital Veterinário, o ensino a pes-  
326.guisa e a extensão em ambiente harmonioso, sem tensões e  
327.com responsabilidade. - Sugere, finalmente, que os estudos  
328.relativos ao projeto do Hospital passem a ser a primeira  
329.prioridade da Universidade e seja agilizado no sentido de  
330.que as novas gerações de Médicos Veterinários tenham a oportu-  
331.nidade de experimentarem um ensino profissionalizante,  
332.verdadeiramente compatível com o exercício da profissão. O  
333.Senhor Presidente disse que antes de se iniciar a discussão  
334.a respeito do assunto gostaria de fazer um comentário, di-  
335.zendo inicialmente que grande parte que está contido nesta  
336.manifestação da Faculdade de Veterinária é verdadeira, cons-  
337.tatado pessoalmente. O Hospital de Clínicas Veterinária é  
338.um órgão suplementar, inclusive possuindo a figura de um  
339.Diretor, figura que está presente nos Estatutos, e este Hos-  
340.pital de Clínicas Veterinária foi entregue à Faculdade de  
341.Veterinária, pois a Universidade não poderia manter um Hos-  
342.pital de Clínicas Veterinária para atendimento ao público,  
343.mas sim um Hospital destinado ao ensino da Veterinária. Re-  
344.portou-se a seguir sobre o suprimento que tem o Hospital de  
345.Clínicas Veterinária, constante de um recurso para fazer  
346.compras sem ter que passar pelo sistema de compras da Uni-  
347.versidade. O Hospital de Clínicas Veterinária executa ser-  
348.viços externos, tendo conseguido com isto rendas, e uma das  
349.medidas tomadas pela Universidade é que a renda aferida com  
350.relação a estes serviços fique toda ela de posse do Hospi-  
351.tal de Clínicas Veterinária. Outra preocupação sua, quando  
352.aqui chegou, era saber se existia no Escritório de Planeja-  
353.mento Físico um projeto para um novo Hospital de Clínicas  
354.Veterinária, sendo informado pelo referido Escritório que  
355.nada existia. A Universidade não tem colocado obstáculos no  
356.tocante a recursos para reparos no Hospital de Clínicas Ve-  
357.terinária, citando inclusive a sua preocupação em colocar  
358.iluminação (externa) noturna até a Faculdade. Finalizando,  
359.o Senhor Presidente disse que não poderia aceitar é uma  
360.observação feita, e ela está contida nesta manifestação, é  
361.aquela referente que não há transporte para aulas práticas.  
362.Foi verificado junto a Pró-Reitoria Administrativa, que é  
363.a responsável por isto, e lá foi verificado que não existe  
364.nenhum caso em que não foi concedido o transporte solicita-  
365.do, sendo todos os pedidos atendidos. A seguir o Senhor Pre-  
366.sidente colocou o assunto relatado em discussão. O Conse-  
367.lheiro Daniel Souza Soares Rassier que disse que com refe-  
368.rência ao documento apresentado, o objetivo dele foi sensi-  
369.bilizar, comunicar e mostrar aos Conselheiros a situação do  
370.Hospital de Clínicas Veterinária que aflige não só a Facul-  
371.dade de Veterinária como também a Reitoria. No tocante ao  
372.Próximo, disse que em outras gestões já foram feitos proje-  
373.tos, dizendo inclusive que o projeto do Hospital de Clíni-  
374.cas Veterinária já foi prioritário na Universidade. Não é  
375.portanto pela falta de um projeto na Reitoria, que se deixa

A

163  
Paul

376.de iniciar a construção de um Hospital, porque sabe que não  
377.há recursos a curto prazo para elaboração da construção do  
378.Hospital de Clínicas Veterinária. Foi constituída uma Comis-  
379.são, e esta Comissão neste momento está trabalhando sequin-  
380.do dois caminhos: o primeiro é a recuperação remediável do  
381.Hospital, a qual está se conseguindo junto a Prô-Reitoria '  
382.Administrativa, e a outra é a elaboração de um planejamento  
383.físico e definitivo para o Hospital de Clínicas Veterinária- '  
384.ria. Reportou-se aos recursos dados pelos professores, di- '  
385.zendo que é uma contingência; no tocante ao transporte para  
386.as aulas práticas não está existindo problema, o problema é  
387.o transporte para o Hospital, pois esta é uma atividade que  
388.necessita de um transporte próprio para levar animais, isto  
389.é uma necessidade da própria atividade docente, dizendo que  
390.já existiu uma Kombi, e esta teve que parar para fazer os '  
391.devidos reparos, e nunca mais foi colocada uma em substitui-  
392.ção. O Conselheiro Adolfo Amilcar ARAナル disse que outro '  
393.problema que está se tentando corrigir, é aquele referente '  
394.aos anestésicos. Disse que este assunto se encontra na área  
395.jurídica, para ver se há possibilidade de credenciar a Uni-  
396.versidade junto a Secretaria da Saúde para a compra e guar-  
397.da destes anestésicos. O Conselheiro Neomir Alcântara dis-  
398.se que louva a atitude do Conselheiro Daniel Souza Soares '  
399.Rassier e dos estudantes e do Conselho Departamental, por- '  
400.que acha que esta iniciativa é urgente e necessária, a medi-  
401.da que os Conselheiros são testemunhas das reiteiradas de-  
402.núncias ou alertas que estamos fazendo, em relação a estes '  
403.problemas que estão surgindo, não apenas no Curso de Veteri-  
404.nária, como também em outros cursos. Acha que o Conselho '  
405.Universitário deverá tomar medidas que não somente passem '  
406.pela tomada de conhecimento. Disse ainda que não adianta '  
407.chegarmos aqui, constatarmos o problema, e ficar aguardando  
408.verbas ou projetos de onde surgirão ou de onde virão. O que  
409.existe de concreto é que os estudantes da Veterinária, a  
410.exemplo de uma série de outros estudantes, estão com um pro-  
411.blema sério na sua formação, devido a questões de estrutu-  
412.ras mínimas que uma Universidade deve ter. Acha que o Conse-  
413.lho Universitário, referente ao problema da Veterinária, de-  
414.ve tomar uma solução urgente, não podendo ficar esperando '  
415.projetos, ou também não relegar, o Conselho Universitário '  
416.deve resolver estes problemas, mesmo porque se não existe '  
417.verba e se a dotação orçamentária da Universidade não com- '  
418.porta estas questões, ou exige-se que o Ministério da Educa-  
419.ção e Cultura remeta ou então decreta a moratória ou a fa-  
420.lência da Universidade. Quer reiterar é que certamente a  
421.Veterinária não poderá seguir mais alguns anos com o Hospi-  
422.tal de Clínicas Veterinária, como as outras Unidades não  
423.o podem. Acha que atualmente o que é prioritário é a rees- '  
424.truturação da Universidade, a reestruturação global da Uni-  
425.versidade. Deve-se tomar medidas de âmbito geral. O Senhor '  
426.Presidente disse que o referido processo terá o andamento '  
427.normal, mas queria deixar claro um elemento importante, na  
428.consciência de todos os Conselheiros, que este problema com  
429.a Veterinária, não é um problema surgido nestes dois anos, '  
430.e sim um problema que se arrasta há doze anos, e portanto '

A



164  
Seal

431.faltou a Universidade, em época em que teve dinheiro, a de-  
432.cisão de fazê-lo. ITEM VI - MANIFESTAÇÃO DO DIRETOR E CONSE  
433.LHO DEPARTAMENTAL DA FACULDADE DE AGRONOMIA ELISEU MACIEL -  
434.O Senhor Presidente solicitou ao Conselheiro Gilberto Azam-  
435.buja Centeno que relatasse a manifestação oriunda da Facul-  
436.dade de Agronomia Eliseu Maciel. O Senhor relator disse que  
437.antes de entrar na análise do documento mencionado iria  
438.apresentar alguns antecedentes com o intuito de justificar  
439.o encaminhamento do mesmo a este Egrégio Conselho. Em vinte  
440.c nove de marco de mil novecentos e oitenta e quatro foi  
441.baixada a Portaria nº 171/84 da Reitoria, a qual havia sido  
442.anunciada, inclusive neste Conselho, contra a qual havíamos  
443.manifestado nossa preocupação, faltando a sua formalização  
444.para tomarmos um posicionamento definitivo. Esta portaria  
445.refere-se a colocação referente a administração de todos os  
446.bens imóveis da Universidade pela Reitoria, esclarecendo  
447.também que por atos próprios seriam posteriormente defini-  
448.das as áreas que ficariam sob a administração das Unidades.  
449.Esta Portaria associada a de nº 172/84, foi analisada pelo  
450.Conselho Departamental da Faculdade de Agronomia Eliseu Ma-  
451.ciel. Surgiu a idéia, por parte do grupo de professores, no  
452.sentido de que fosse auscultado o seu corpo docente. Com  
453.este objetivo foi realizada uma reunião do Conselho Depart  
454.mental para a qual foram convidados os integrantes do seu  
455.corpo docente. Com base na manifestação do corpo docente -  
456.ocorrida nesta reunião, o Conselho Departamental (com base  
457.no art. 94, inciso 7, do Regimento Geral da Universidade)  
458.elaborou um documento que foi encaminhado a quem de direi-  
459.to, ao Magnífico Reitor, através do qual eram solicitadas  
460.uma série de providências de ordem eminentemente administra  
461.tiva e ao final solicitada que fosse dado conhecimento do  
462.mesmo a este Conselho. Posteriormente o Magnífico Reitor  
463.oficiou a Direção questionando alguns itens constantes no  
464.referido documento e mais outros quesitos que deveriam ser  
465.respondidos. O Conselho Departamental foi convocado para a  
466.análise e resposta do documento. Foi recebido antes da reu-  
467.niã do Conselho Departamental um convite do Magnífico Pei-  
468.tor para uma reunião, recebendo também a Circular de nº  
469.03/84 que foi amplamente divulgada na comunidade universitã  
470.ria. O conteúdo e a forma de divulgação do documento origi-  
471.nal encaminhado a Reitoria que foi considerada pelo Conse-  
472.lho Departamental e por aqueles membros do corpo docente,  
473.que vieram trazer a sua manifestação, foi considerada ofen-  
474.siva e injusta para a Casa, gerando como consequência um  
475.clima impróprio para a referida reunião e mesmo até para  
476.respondermos para que o Conselho pudesse responder adequada  
477.mente os quesitos formulados pela Reitoria. Diante destas  
478.circunstâncias concluímos pela impossibilidade momentânea,  
479.não só da resposta como também da reunião prevista com o  
480.Magnífico Reitor. Estas circunstâncias também, da forma co-  
481.mo foi divulgada, e levada ao conhecimento da comunidade le  
482.vou-nos também a concluir pela conveniência e necessidade  
483.de dar conhecimento, a mesma comunidade, da íntegra do docu  
484.mento, para que hoje aqui, nesta sessão, pudessemos de forma  
485.plena, global, fazer análise do documento mencionado. Assim

Rf

486. sendo, acreditamos que a leitura do mesmo, neste momento, ' 165  
487. poderia tornar-se desnecessária. De início ficaríamos res-  
488. tritos a uma análise global do mesmo, procurando focalizar'  
489. a sua essência. A manifestação, como já foi mencionada, es-  
490. tá fundamentada no art. 94, inciso 7 do Regimento, e tem co-  
491. mo o objetivo fundamental, e aí a razão de termos solicita-  
492. do trazer ao conhecimento deste Conselho, é resguardar direi-  
493. tos e fixar responsabilidades, face discordância da Casa, T  
494. manifestada através de seu órgão máximo, o Conselho Departa-  
495. mental, ouvido o corpo docente em sua plenitude em reunião T  
496. que contou com mais de dois terços de seus integrantes, ma-  
497. nifestar por assim a sua discordância com a atual política'  
498. administrativa implantada na Universidade. Poderíamos dizer  
499. que a essência deste documento está contida no seu item um,  
500. onde está caracterizada a inconformidade da Casa com a atu-  
501. al política centralizadora da Universidade que interfere na  
502. administração interna das unidades, despersonalizando-as. '  
503. No tocante aos itens subseqüentes, nada mais são que uma de  
504. corrência desta primeira assertiva, e que aqui foram rela- T  
505. cionados ao Magnífico Reitor com o intuito simplesmente de  
506. elucidar e fundamentar o posicionamento inicial. Solicita-'  
507. mos ao final algumas providências, todas elas de alçada da  
508. Reitoria, que viriam trazer o benefício buscado, dentro da  
509. visão administrativa que foi equacionada a nível de unida-'  
510. de. Podemos concluir dos termos em que está baseado o docu-  
511. mento em que nenhum momento foi objetivado outro campo se-'  
512. ão aquele eminentemente administrativo. No entanto, pelos  
513. termos da Circular nº 03/84, concluímos que não foi assim o  
514. entendimento do Magnífico Reitor visto que classificou-o co-  
515. mo um documento eivado de inverdades que o Diretor não teve  
516. pejo de levá-lo e encaminhá-lo a Reitoria. Evidentemente, '  
517. não quer entrar na análise deste campo questionado. Trouxe-  
518. mos este documento, e em boa hora antevimos a necessidade '  
519. de trazer ao conhecimento deste Conselho, justamente porque  
520. tínhamos algumas expectativas das quais nós fizemos o se-'  
521. guinte sumário: que no campo administrativo a Reitoria con-  
522. sidere o que está solicitado neste documento de forma explí-  
523. cita e que dê a unidade a resposta que julgar conveniente e  
524. que esteja na sua alçada; no campo político-universitário, '  
525. no momento em que se inicia um processo de substituição de  
526. dirigentes na Universidade, que se possibilite uma forma de  
527. apresentação, de uma visão das atuais aspirações da comuni-  
528. dade que vive na Faculdade de Agronomia Eliseu Maciel. É  
529. importante deixar bem claro neste momento, aos membros des-  
530. te Egrégio Conselho, e em particular aos dirigentes das Uni-  
531. dades, que por parte da Agronomia não há nenhuma intenção T  
532. de isolacionismo ou de privilégios individuais e parciais. '  
533. Não queremos ser nem a maior e nem a melhor Unidade da Uni-  
534. versidade, embora aspiramos constantemente crescer e melho-  
535. rar. Não vemos mal em nos manifestar em benefício da Univer-  
536. sidade no fortalecimento das Unidades. Queremos sim convi- T  
537. ver integradamente com as demais unidades e órgãos que for-  
538. mam a Universidade. Queremos que a Universidade Federal de  
539. Pelotas seja forte e grande e que esteja formada por depar-  
540. tamentos e unidades, também fortes e grandes e que a Univer

H

166  
Out

541.sidade Federal de Pelotas cresça harmoniosamente sem a hiper-  
542.trofia de nenhum de seus órgãos, mesmo que esta hipertrofia '  
543.possa ocorrer a nível de Reitoria como órgão superior. Nada '  
544.mais tínhamos em mente quando elaboramos este documento. Apela  
545.mos a Reitoria para que veja neste documento os reais objeti-  
546.vos que não foram outros senão estes aqui elucidados e de for-  
547.ma nenhuma tínhamos em mente atingir a pessoa de seu titular.'  
548.O Senhor Presidente disse que creê que este Conselho, que o '  
549.conhece há muito tempo, pode imaginar como se sente quando a  
550.Faculdade a que pertence a quase quarenta anos, lhe obrigara a  
551.jamais voltar a ela por esta atitude, e o faz ficar até impos-  
552.sibilitado de discutir este tema. O fundamento está dito nas  
553.palavras do Diretor, uma discordância da política da adminis-  
554.tração. Disse que isto é lamentável e que só apareça nos últi-  
555.mos meses de uma administração, quando procuramos servir com  
556.absoluta definição a Universidade, sofremos inclusive coisas  
557.que nesta Universidade ninguém tinha sofrido até então, como '  
558.recurso contra os atos do Reitor, e que este Conselho o apoiou  
559.após análise feita pela Comissão de Legislação e Normas, para  
560.depois aparecer uma manifestação deste tipo. O que foi feito,  
561.foi enviar um ofício ao Diretor da Faculdade de Agronomia Eli-  
562.seu Maciel, que provasse estes fatos. A "Administração Centra-  
563.lizadora". Pergunta-se onde esta? Onde deixamos de cumprir os  
564.estatutos e o regimento? Onde houve em algum momento em que '  
565.não se atendeu aquelas atividades que tinham que ser atendidas  
566.pelos organismos que participam da administração? Disse o  
567.Senhor Presidente que nunca na vida da Universidade se havia '  
568.atendido tanto Conselho Universitário, o COCEPE e o Conselho '  
569.Diretor como foi feito nesta administração. Nunca havia sido  
570.criado na Universidade um Plano de Desenvolvimento, e isto foi  
571.feito com amplas discussões em todas as unidades universitá-  
572.rias. Disse ainda que alguns dos pontos citados no documento, '  
572.estão citados no Plano de Desenvolvimento, perguntando porque  
573.não tentou-se discutir ou modificá-lo? Deixou-se então para  
574.o final, para destruir o colega que chegava a uma posição com  
575.todo o pleno direito. Disse ainda que seu prestígio nacional e  
576.internacional não se deve a este grupo que vai querer fazer '  
577.uma destruição neste momento. Tem consciência tranquila no que  
578.fez, e foi pedido que se provasse, mas prefere-se o argumento '  
579.da não prova, como por exemplo, "redução drástica na locação '  
580.de recursos"? Disse que tinha os dados para apresentar, mas  
581.dada a conclusão que vai chegar achou que não valeria a pena. '  
582.Disse que anteriormente, em 1981, no orçamento, cujas contas '  
583.foram prestadas ao assumir a Reitoria, a concentração de recur-  
584.sos na Reitoria era imensa; hoje nós distribuimos estas concen-  
585.trações, estamos mostrando por exemplo que só os recursos da  
586.Faculdade de Agronomia Eliseu Maciel no ano de 1983 para 1984  
587.tiveram um aumento de 189% de recurso, distribuídos para a Fa-  
588.culdade de Agronomia, para gerencia do Diretor, onde a Reito-  
589.ria não toma nenhuma medida, senão aquela de discutir previa-  
590.mente os projetos. Disse ainda que quando temos um total de  
591.recursos de cinquenta e dois milhões de cruzeiros e as Unida-  
592.des pedem quatrocentos e cinquenta milhões de cruzeiros, evi-  
593.dentemente que muitas Unidades não vão ter os recursos solici-  
594.tados. Outras Unidades entretanto solicitaram recursos razoá-  
595.veis. Pergunta-se neste momento a estes Diretores se deixaram'

✱

596.de receber os recursos solicitados para adquirem o material de  
597.consumo devido? Neste momento estamos inteiramente defasados '  
598.dada a inflação do ano e a luta não tem sido pequena. Em verda  
599.de nós tivemos problemas sérios com aumento dos salários do  
600.pessoal, sérios em relação ao total do orçamento que nós é des  
601.tinado, e ainda hoje o temos bastante evidente, é caso das orga-  
602.ganizações autárquicas dentro do sistema Universitário, citan-  
603.do como exemplo, a Universidade de Pelotas, que não  
604.é das que paga mais, um professor titular, esta ganhando um  
605.milhão trezentos e cinquenta mil, na Universidade de Porto Ale  
606.gre, o mesmo professor titular, ganha oitocentos e trinta mil  
607.cruzeiros. Este problema existe e o Conselho de Reitores es  
608.ta preocupado, esta fazendo reuniões, e acaba de mandar ao go-  
609.vêrno uma manifestação de protesto com relação a diminuição de  
610.verbas da educação. Se tomarmos 1980 com 100%, as verbas para  
611.1984 serão 33% daquilo que foi a verba dada em 1980. Esta é '  
612.uma das preocupações que temos, e quem sabe teremos que chegar  
613.a conclusão, que teremos que parar as Universidades, se não pu-  
614.derem trabalhar com estes recursos. Nem todos os casos, entre-  
615.tanto, não são assim, temos muitos equipamentos até sofisticada-  
616.dos na Universidade em que algum momento se comprou e com mui-  
617.to pouco uso. Disse o Senhor Presidente que conhece diversas '  
618.Universidades que compraram equipamentos sofisticados e não pu  
619.deram utilizá-los. Disse ainda que a Universidade recebeu uma  
620.complementação de 30% sobre o dinheiro de custeio que tinha  
621.mos. O custeio este ano no orçamento regular foi de novecentos  
622.e cinquenta milhões de cruzeiros. Planejamos em Brasília a dis  
623.tribuição de um total de trezentos e sessenta milhões de cru-  
624.zeiros para custeio com promessa melhor de que em outubro se-  
625.rá revisto novamente este valor do processo inflacionário que  
626.também de certa forma seria muito difícil ao Congresso prever '  
627.esta inflação, pelo menos com o sistema econômico atual. Di-  
628.zer que há uma redução drástica na locação, não é verdade. In-  
629.clusive algumas Unidades, como a Faculdade de Agronomia Eliseu  
630.Maciel, tiveram uma atenção muito especial, não por ser a Fa-  
631.culdade de Agronomia Eliseu, mas porque tem maior número de  
632.alunos. Neste momento, aparece outra inverdade, "a ampliação '  
633.das responsabilidades". A Faculdade de Agronomia Eliseu Ma-  
634.ciel foi a única Unidade da Universidade que não aceitou aumen  
635.to de vagas. O mesmo número de vagas que nós encontramos, é o  
636.que esta atualmente. Não houve aumento de responsabilidades na  
637.Faculdade de Agronomia Eliseu Maciel porque não houve amplia-  
638.ção de um aluno. No tocante a "supressão de órgãos auxilia-  
639.res", perguntou-se quais eram? Disse o Senhor Presidente que  
640.não temos autoridade para fazer esta supressão de órgãos auxi-  
641.liares. Perguntou-se o que era isto? Não foi respondido. Outra  
642.questão abordada pela Presidencia, se relaciona com "a autori  
643.zação de afastamento de docentes com qualquer atividade sem ou-  
644.vir a Direção e os Departamentos", outra inverdade. Disse o  
645.Senhor Presidente, que temos provas, documentos, e a Pró-Reito  
646.ria de Pesquisa e Pós-Graduação analisou este item e verificou  
647.que todos os quinze professores da Faculdade de Agronomia que  
648.estão hoje afastados em cursos, correu por rigor nosso através  
649.dos Departamentos e da Direção. Talvez queiram dizer, e talvez



650.não disseram, é necessário dizer as coisas para ter validade. O  
651.que talvez queiram fazer referência é a um caso totalmente di-  
652.ferente. De quatro em quatro anos a Escola Superior de Guerra  
653.oferece uma vaga para cada Universidade; este ano coube a Uni-  
654.versidade Federal de Pelotas. Foi feito uma consulta, de quem  
655.estava interessado em candidatar-se. Uma figura inteiramente  
656.particular, solicitada por eles mesmos, e que se faça sob reser-  
657.va. Encarregamos um professor da Faculdade de Agronomia Eliseu  
658.Maciel que elaborasse uma consulta entre as pessoas que pudes-  
659.sem se interessar, para uma situação inteiramente diferente e  
660.que esta prevista em lei, podendo ser designado um professor de  
661.cada Universidade para isto. A Universidade Federal de Pelotas  
662.tem dois professores que foram a Escola Superior de Guerra, um  
663.ainda no tempo da Faculdade de Agronomia, que é o que vos fa-  
664.la, e o outro o Professor Ubirajara Fernando Galli, agora, na  
665.época da Universidade. Apresentaram-se três candidatos, manda-  
666.ram seus currículos. Não era nosso problema de pedirmos autori-  
667.zação, porque não tínhamos ainda nenhuma idéia como iria ser  
668.feita esta seleção, e nem a conhecíamos. Quando foi recebida a  
669.notícia da decisão, já vinha no Decreto do Senhor Presidente  
670.da República, designando um determinado professor da Faculdade  
671.de Agronomia Eliseu Maciel da Universidade Federal de Pelotas  
672.para fazer o Curso da Escola Superior de Guerra. O processo  
673.foi encaminhado a Faculdade de Agronomia Eliseu Maciel, e apa-  
674.receu uma situação curiosa: O Departamento negou o afastamento  
675.do professor. Não tínhamos nada a fazer neste caso, pois havia  
676.um Decreto do Presidente da República e não era nesta altura  
677.que iríamos dizer ao Senhor Presidente da República, que o De-  
678.partamento não queria que este professor fizesse o Curso. Dis-  
679.se ainda que esta decisão estava superior a nossa própria capa-  
680.cidade de decidir. A seguir o Senhor Presidente reportou-se ao  
681.problema das "Portarias de nºs 171 e 172". Lamenta o Senhor  
682.Presidente a posição, porque na Universidade existem imensos  
683.problemas. Tem se feito levantamentos sobre a nossa base fisi-  
684.ca. Uma destas Portarias já existia desde 1982 e vinha sendo  
685.manejada: as salas de aula ficavam a disposição da Pró-Reito-  
686.ria Acadêmica e de Assistência para que pudesse planejar os  
687.horários das aulas. Foi apenas reiterada para poder ver se che-  
688.gavamos, agora com o sistema de computador que pensamos insta-  
689.lar ainda este ano e não foi possível, fazer a distribuição  
690.das salas de aula, porque esta Universidade, neste momento tem  
691.disponibilidade de espaço em salas, laboratórios e atelier,  
692.feito o levantamento pela Unidade de Planejamento Físico, para  
693.oito mil e quinhentos estudantes. Não se pode neste momento le-  
694.vantar o problema, que é a falta de espaço na Universidade.  
695.Existem casos que nos deixam imensamente tristes, neste Edifi-  
696.cio, existe um salão de mais de quatrocentos metros quadrados  
697.que não foi utilizado desde o ano de 1982, quando aqui che-  
698.guei, e levantei a idéia de sua utilização. Atualmente estamos  
699.pagando alugueis grandes, em várias Unidades da Universidade.  
700.Vários lugares da Universidade tem, e tenho pedido a colabora-  
701.ção dos Diretores para resolverem este problema, e como exem-  
702.plo temos o Instituto de Letras e Artes, que continua utilizan-  
703.do um espaço depois de ter sido dado um espaço maior do que  
704.tinha anteriormente aqui no Campus, e não cede este espaço por

ff

169  
Coul

705.que precisa dele. Na hora que o Reitor tentou cumprir uma das  
706.suas atribuições, que é no Art. 54 do Regimento, item 6, ten-  
707.tou fazer uma Comissão que o assessorasse para montar este pla-  
708.no, neste momento, recebemos uma resposta como esta, pedindo in-  
709.clusive que se revogue a Portaria. Esta Unidade, que no passa-  
710.do, em administrações passadas fez surgir a Faculdade de Ciên-  
712.cias Domésticas e a Faculdade de Veterinária, utilizando os  
713.espaços que se tinha construído para a Agronomia, e se quiz fa-  
714.zer a Universidade Rural, em nenhum momento se defendeu a  
715.idéia de separação de Unidades. Participou nesta par-  
716.te, porque examinou o problema de criar a primeira Universida-  
717.de em Pelotas, que foi a Universidade Rural. Quando se fez,  
718.não olhamos onde a iríamos colocar; colocamos dentro de nosso es-  
719.paço, chegando a adaptar halls neste Edifício, separando com  
720.divisões de madeira para fazer as instalações do Curso de Ciên-  
721.cias Domésticas que surgia dentro da Faculdade de Agronomia  
722.Eliseu Maciel. Não se teve nenhuma preocupação de manter um  
723.isolacionismo, nem manter uma Unidade que não pode ser tocada.  
724.Disse ainda o Senhor Presidente que foi pedido que se provasse  
725.onde estava o problema desta situação? Existe somente o caso  
726.desta sala, e parecia muito razoável que nós entendêssemos de  
727.que a Reitoria estava funcionando em situação muito precária,  
728.inclusive para o serviço dos próprios alunos, que tinham que  
729.se matricular, em áreas de muito difícil funcionamento na Pró-  
730.Reitoria Acadêmica e de Assistência. Resolveu-se fazer uma mo-  
731.dificação naquele Edifício, e a solução era trazer os Conse-  
732.lhos também para um lugar digno, para esta sala, que era usada  
733.eventualmente para defesa de teses, seminários tendo um ou-  
734.tro auditório neste Edifício. Foi feito este pedido, foi gasto  
735.com recursos da Reitoria, toda a instalação do sistema de am-  
736.pliação, e no dia que se quer resguardar este sistema de amplia-  
737.ção, tivemos toda a reação da Direção da Faculdade de Agrono-  
738.mia Eliseu Maciel, não admitindo que se tocasse neste área se-  
739.não com a sua autorização. Disse ainda a Presidencia, que se  
740.teve o cuidado de não mandar colocar nesta sala os retratos  
741.dos Reitores, para não ficar ninguém achando que queremos to-  
742.mar esta sala com retratos da Reitoria. A "lotação e relotação  
743.dos docentes", onde estavam? Não conhecemos este caso. Nenhuma  
744.relotação de docentes foi feita sem o pedido do Conselho Depar-  
745.tamental próprio passado pela Direção, dizendo que não tem  
746.nenhuma idéia de relotação de docentes feitas por sua inicia-  
747.tiva, dizendo que não tem capacidade para isto e o regulamento  
748.não lhe dá esta iniciativa, o que lhe dá é aprovar a lotação,  
749.não lhe dando o conhecimento geral para saber onde esta o pro-  
750.fessor. No tocante ao outro item, "as dificuldades geradas pe-  
751.los frequentes afastamento do Reitor, agravada pela centraliza-  
752.ção da administração", dizendo que a centralização já foi pedi-  
753.da que se provasse, onde é que houve tal centralização? Apenas  
754.porque houve alguém que tomasse decisões, só porque cumpri as  
755.decisões que devo tomar, e neste momento fui centralizador? Só  
756.porque foi encontrada uma série de irregularidades e fui tra-  
757.tando uma por uma, desconhecendo muitas delas, tratando de  
758.corrigi-las? No tocante aos afastamentos, disse que foram to-  
759.dos eles dentro das normas e das leis. A Universidade não per-  
760.deu uma causa, porque o Reitor tivesse viajando, inclusive ti-

A

140  
out

761.rando suas férias regulamentares, e nesta idéia de férias regu  
762.lamentares, faz questão de ressaltar, porque é um direito de  
763.cada um, e resolveu que não iria vender férias, não iria recor  
764.rer ao abono pecuniário, porque acha como professor, não tinha  
765.direito a isto. Mas, entretanto, usou as suas férias, coisa  
766.que não faz há quarenta anos, usando com absoluta liberdade, e  
767.não se diga que houve dificuldade geradas, porque a Universida  
768.de continuou sendo administrada pela Vice-Reitora, nestas fê  
769.rias, que foram todos parceladas para evitar ausências gran  
770.des: inclusive a Faculdade de Agronomia Eliseu Maciel teve van  
771.tagens, porque teve designações de pessoas que não o faria, e a Sen  
772.hora Vice-Reitora fez e foi aceito. Com referência "as consequên  
773.cias da indefinição da atual estrutura universitária da Univer  
774.sidade Federal de Pelotas (faculdades, cursos isolados, cursos  
775.em departamentos, departamentos isolados)", disse que não  
776.conhece "cursos em departamentos". Isto quer dizer, no seu en  
777.tender, que não esta clara a estrutura da Universidade, para  
778.isto é que ela revolucionou desde o Estatuto até agora. O que  
779.esta no Estatuto foi cumprido, como exemplo a absorção da Fa  
780.culdade de Medicina, do Conservatório de Música, estas figuras  
781.foram cumpridas. Que não estamos contentes com esta estrutura?  
782.Diz que também não esta, e isto foi dito muitas vezes neste  
783.Conselho. E o que fizemos? Fizemos uma Comissão para propor a  
784.reforma do Regimento, e esta Comissão esta terminando seu  
785.trabalho e espera recebê-lo até o fim deste mes, e vamos en  
786.viar a este Conselho, para que o mesmo discuta. Finalmente a  
787.observação sobre a "criação de centros especializados em áreas  
788.que interfiram na atividade agrônômica, sem a efetiva partici  
789.pação dos órgãos componentes da Faculdade de Agronomia Eliseu  
790.Maciel". Disse que esta afirmativa também não entendeu. O que  
791.foi criado foram dois centros, no Curso de Engenharia Agríco  
792.la, porque foi este curso que foi buscar o dinheiro, os recur  
793.sos para isto, o Curso de Testes de Máquinas e o Centro de  
794.Irrigação. Estas duas unidades foram provocadas pelo Curso de  
795.Engenharia Agrícola, evidentemente que em uma delas deu a sua par  
796.ticipação, porque houve uma assessoria de um organismo ao qual  
797.pertenceu para o Conselho Nacional de Educação, para localiza  
798.ção dos três Centros Nacionais de Irrigação. Na assessoria que  
799.o Instituto Inter-Americano deu ao Conselho Nacional de Pesqui  
800.sa surgiu Pelotas, Goiana e Paraiba que fossem os locais para es  
801.tes Centros. Na promoção dos recursos não houve nenhuma inter  
802.ferência da Faculdade de Agronomia Eliseu Maciel, como conse  
803.quência demos andamento a idéia de um centro para a Universida  
804.de, que virá ao Conselho Universitário através de projeto de  
805.regimento e não tínhamos nada que estar discutindo com órgãos  
806.da Faculdade de Agronomia Eliseu Maciel. Vê que a outra parte  
807.que é importante neste memorial, é que o Reitor revogue porta  
808.rias inclusive pedindo que revogue a Portaria da Fazenda da  
809.Palma. A Fazenda da Palma a solução dada foi construir uma Co  
810.missão para assessorar a organização da Fazenda da Palma e uti  
811.lização da mesma para as utilidades que ela tem. Esta Comissão  
812.foi feita dentro da Reitoria, porque a Fazenda da Palma é um  
813.órgão suplementar da Reitoria e a Reitoria que podia dirigí-la  
814.diretamente prefere entregá-la a uma Comissão. A Reitoria de  
815.signa o Diretor da Faculdade de Agronomia Eliseu Maciel para

141  
Calk

816.ser o Coordenador desta Comissão, ou Vice-Presidente Executi-  
817.vo da Comissão, e entrega totalmente a ele esta administração.  
818.Passaram-se dois anos e esta Comissão não se reuniu. Agora a  
819.solução é revogar a Portaria e entregar a Fazenda da Palma a  
820.Agronomia. Disse o Senhor Presidente que a Fazenda da Palma só  
821.funcionou quando teve alguém dirigindo-a diretamente. Quando '  
822.foi Diretor do Instituto Agronomico do Sul a Fazenda da Palma '  
823.funcionou. Quando o Professor Ernesto Poetch foi Reitor da Uni-  
824.versidade Rural, a Fazenda da Palma também funcionou, com a  
825.administração diretamente subordinada a ele, Reitor. Posterior-  
826.mente, ficou solta, e na administração anterior ficou inteira-  
827.mente solta. Quando assumimos a Fazenda da Palma, não tinha '  
828.uma fileira de milho plantada, não tinha uma pastagem feita, '  
829.não tinha um quilo de cilagem, não tinha um fardo de feno. Nós  
830.tratamos de modificar este estado de coisas. A Fazenda foi de-  
831.vidamente organizada, fomos lutar pelas terras, conseguindo a  
832.escritura da Fazenda no patrimônio da União, totalmente den-  
833.tro da Universidade, tal como a legislação prevê. Disse ainda '  
834.que é triste, uma Unidade querer tornar-se de tal forma isola-  
835.da e poderosa, que maneja inclusive os recursos da Fazenda, -  
836.esta dito no documento -, os recursos devem ser manejados pe-  
837.la Faculdade de Agronomia Eliseu Maciel, e todas as outras Uni-  
838.dades que não tem condições de manejar a receita própria vão  
839.ter que ficar esperando, como já aconteceu. Não se diga que '  
840.não se pode trabalhar na Fazenda da Palma. Há um professor da  
841.Faculdade de Agronomia Eliseu Maciel que nunca interrompeu '  
842.seus trabalhos e obteve um dos melhores resultados de pesqui-  
843.sa, e continuou trabalhando sem nenhuma dificuldade, o Profes-  
844.sor Renato Rodrigues Peixoto. Disse a seguir que há apenas co-  
845.mentários muito curiosos no documento dos estudantes que é  
846.ajuntado à Manifestação do Conselho, onde aparece o comentário  
847.que os estudantes não puderam ter aulas na Fazenda da Palma. '  
848.Foi perguntado quando foi negada qualquer viagem a Fazenda da  
849.Palma? Isto não aconteceu, porque temos inclusive o levantamen-  
850.to de quanto gastamos de combustível neste transporte, dizendo  
851.que a Faculdade de Agronomia Eliseu Maciel é a única Unidade '  
852.que tem três veículos próprios. Existe uma outra observação in-  
853.teressante, termina o Senhor Presidente do Diretório, em suas  
854.observações, dizendo que o patrimônio da Agronomia precisa ser  
855.conservado em função da didática, exemplificando que recebeu-  
856.-se um trator novo que era para a mecânica e o Reitor ficou '  
857.com ele para a Palma. Verificando junto ao Pró-Reitor Adminis-  
858.trativo esta situação, disse que quando chegou na Universidade  
859.em 1983 o representante da firma Massey Fergusson veio lhe pro-  
860.curar para oferecer um trator para a Universidade. Achou inte-  
861.ressante, e através de amizades pessoais procurou fazer que o  
862.trator fosse entregue, inclusive contando com o prestígio pes-  
863.soal do Pró-Reitor Administrativo. Finalmente conseguimos a  
864.concretização da entrega do trator. Aparece então a argumenta-  
865.ção de que este trator é da mecânica, porque em 1979 mandaram '  
866.uma carta através da Reitoria pedindo um trator à firma mencio-  
867.nada. Foi solicitada a cópia desta carta, e ninguém tinha con-  
868.hecimento da mesma nem a firma. Em vista disto só temos uma  
869.conclusão, é pedir que este Conselho nas suas atribuições que  
870.estão previstas de constituir uma Comissão Especial, consti-

H



871. tua uma Comissão Especial, cuja designação não quer partici-  
872. par, para analisar estas acusações que a Faculdade de Agrono-  
873. mia Eliseu Maciel faz ao Reitor. Nesta altura o atual Reitor '  
874. nada tem a corrigir, porque já esta em término de sua adminis-  
875. tração, e vai apenas tratar de concretizar aquelas medidas que  
876. tem possibilidade de concretizar com os recursos que possa ter  
877. até o fim da sua administração. Quer sair com a cabeça erquida de  
878. que não houve o que esta constando nestas acusações, e simples  
879. mente foram até parte de uma área de campanha, da qual não  
880. teve nenhuma vinculação ficando apenas de fora. Solicita que  
881. provem as acusações. Se tiver alguma coisa de certo, irá corri  
882. gir aquilo que fez de errado. Assim o fez com o recurso, espe-  
883. rando que o mesmo fosse analisado e votado, e nenhum dos profes  
884. sores pode dizer que dei uma palavra a professor pedindo voto.  
885. A manifestação absoluta pela maioria deste Conselho, em torno '  
886. daquele recurso contra o Reitor, concretizou a Por-  
887. taria da Palma. Agora alguém terá que fazer uma outra estrutu-  
888. ra na nova estrutura da Universidade e discutir estas idéias.  
889. Querer neste momento que o Reitor fique acusado em vão, não fi  
890. cará. Façam acusação clara; se representar a verdade irá con-  
891. fessar seu erro e irá corrigi-lo, mas no entretanto se for ca-  
892. luniosa irá ter que levar aos tribunais. Não crê que ao fim de  
893. uma administração se possa permitir que se façam aleivosias e  
894. se deixe este colega que é o mais antigo na Universidade numa  
895. situação de ambiente mal na sua comunidade acadêmica, que pro-  
896. curou servir com toda a dedicação. Neste momento se sente desi-  
897. ludido, e que é possível que tenha até que abandonar a sua Uni-  
898. versidade, a sua Faculdade de Agronomia, transferindo-se para  
899. outra Universidade, porque lhe custaria voltar a conviver num  
900. ambiente como este que se criou. Este pedido que faz ao Conse-  
901. lho Universitário, é um pedido do Reitor, para que o mesmo -  
902. constitua uma Comissão Especial, para que analise estas acusa-  
903. ções, e que inclusive possam ser úteis para uma nova adminis-  
904. tração da Universidade. A seguir o Senhor Presidente concedeu '  
905. a palavra ao Conselheiro Gilberto Azambuja Centeno. Usando a  
906. palavra o Senhor Conselheiro iniciou dizendo que irá fazer uma  
907. análise sobre o pronunciamento do Reitor que fez referência as  
908. manifestações da Faculdade de Agronomia Eliseu Maciel. Realmen-  
909. te a discordância feita principalmente nos últimos meses por  
910. parte do Magnífico Reitor, poderíamos aceitá-la se considerar-  
911. mos a discordância formal por escrito, porque partindo de uma  
912. forma de relacionamento a qual tenho a satisfação e a consciên-  
913. cia de poder trazê-la neste momento, sempre foi de grande ami-  
914. zade, franquesa e lealdade ao Magnífico Reitor. Durante este '  
915. período que exerci a administração da Faculdade de Agronomia '  
916. Eliseu Maciel, não poupei esforços no sentido de fazer chegar '  
917. pessoalmente, oralmente o nosso pensamento, as ambições, os  
918. questionamentos, a visão que surgia não somente de nossa par- '  
919. te, mas também da comunidade que dirijo. Lamentavelmente fomos  
920. forçados pelas circunstâncias que apontamos, no início de nos-  
921. sa exposição, a chegar a esta formulação desta manifestação '  
922. por escrito. No tocante a pergunta "onde esta a centralização",  
923. quero crer que a análise do documento diz muito mais do que is-  
924. to: o conhecimento que cada um dos Conselheiros tem da nossa '  
925. realidade, da nossa Universidade, dispensa qualquer comentá-'

A

926.rio. Em momento nenhum acusamos e levantamos qualquer descum  
927.primto no estatuto e no regimento, e se fatos tivessem haví  
928.do, evidentemente que nosso procedimento teria sido outro. Em  
929.momento nenhum houve a intenção de destruir um colega. Temos'  
930.na pessoa do Professor José Emilio, um homem ilustre desta Ca  
931.sa, inserido na sua história e que nestes últimos trinta anos  
932.participou intensamente de seus destinos. No entanto, o fato  
933.de discordamos e divergimos, especialmente no campo adminis-  
934.trativo, acreditamos e temos certeza que demonstra a perfeita  
935.lucidez de que isto é prova de um processo democratico. Real-  
936.mente o Magnífico Reitor fez menção ao prestígio nacional e  
937.internacional que tem, e para qual como técnico, como homem '  
938.público, como engenheiro agrônomo em última análise, o fato '  
939.de dever ou não dever nada aos atuais membros do corpo docen-  
940.te da Faculdade de Agronomia Eliseu Maciel, realmente é uma  
941.questão própria e toda particular. Não lembramos o nome daque  
942.les que participaram até mesmo da decisão simples de autori-  
943.zar o afastamento do Prof. José Emilio para servir em organis  
944.mo nacional e que hoje ainda integram o quadro docente desta  
945.Casa. Não quero de forma nenhuma me referir aqueles que lembra  
946.ram, apoiaram o nome do Prof. José Emilio como candidato a  
947.Reitor na atual administração. Disse ainda que isto é uma  
948.questão muito pessoal. Com relação aos recurso de 1983/84 '  
949.quer crer que deve ser uma falha de informação ou de aritméti  
950.ca porque realmente, segundo nossos cálculos, enquanto outras  
951.Unidades tiveram um aumento de 80 ou 70% ou até mesmo mais de  
952.100%, a Faculdade de Agronomia Eliseu Maciel teve um aumento '  
953.de 39% em seu orçamento em relação ao ano 1984/83. O aumento '  
954.de responsabilidades, que referimos em nosso documento, embo-  
955.ra é de fato por uma análise muito bem feita com referência '  
956.ao contexto sócio-econômico que vive o país, a Faculdade de  
957.Agronomia Eliseu Maciel tenha se manifestado contra o aumento  
958.de número de vagas, no entanto o aumento responsabilidade no  
959.seu Curso de Graduação específico, surge em decorrência do au  
960.mento de outros cursos que são desenvolvidos, parte no Departā  
961.mento da Faculdade de Agronomia Eliseu Maciel, e por conse-  
962.quência trazendo ônus correspondentes, sem no entanto nos re-  
963.ferirmos ao Curso à nível de Pós-Graduação. O fato de órgãos '  
964.auxiliares suprimidos, estavam nos referindo as Estações da  
965.Palma e Piratini, que como seu próprio nome diz tem por fim  
966.específico possibilitar meios para a pesquisa e o ensino por  
967.estarem vinculadas a uma Instituição de Ensino Superior. No  
968.momento em que estes órgãos, independentemente de sua adminis  
969.tração direta ou indireta da Faculdade de Agronomia Eliseu Ma  
970.ciel, tem como pressuposto meta, objetivos básicos a geração  
971.de receita própria, evidentemente que nós estamos sofrendo '  
972.uma limitação de nossos meios de cumprimentos. Com relação a  
973."afastamentos não autorizados"; o fato citado pelo Magnífico '  
974.Reitor foi um dos fatos concretos que defrontamos. Temos que  
975.considerar as circunstâncias especiais de participação de um  
976.representante desta Universidade na Escola Superior de Guer-'  
977.ra, que tem um procedimento todo particular. No entanto o que  
978.chocou, e foi motivo de grande discussão e contrariedade por  
979.parte dos órgãos próprios, foi a total alienação, marginaliza  
980.ção dos órgãos competentes neste processo. O fato foi simples

H

981.mente apresentado como algo concretizado, irreversível, alhe  
982.io aos órgãos da escola. Poderíamos citar outro caso, que se  
983.enquadra nesta formulação, de que um docente foi localizado '  
984.depois de autorizado o seu afastamento sem que o Departamento  
985.respectivo tivesse tomado conhecimento, atingindo neste ponto  
986.não só o afastamento do docente como também a sua relotação.'  
987.A Portaria nº 171/84. Realmente Magnífico Reitor a sua refe-  
988.rência com relação a Portaria anterior a esta, que vinha sen-  
989.do cumprida rigorosamente por esta e tantas outras Unidades, '  
990.foi baixada em 1982 e tratava da colocação a disposição da  
991.Pró-Reitoria Acadêmica e de Assistência de todas as salas de  
992.aula existente na Universidade, para que uma vez atendidas as  
993.suas necessidades da Unidade de ensino, fosse os espaços va-'  
994.gos preenchidos a critério da Pró-Reitoria Acadêmica e de As-  
995.sistência;este procedimento vinha sendo cumprido rigorosamen-  
996.te por esta Unidade. Posteriormente fomos colhidos de surpre-  
997.sa, através de uma circular do Magnífico Reitor que caracteri-  
998.zava para efeitos recordatórios, uma cópia da referida Porta-  
999.ria. Entendemos então que naquele momento, o Magnífico Reitor  
1000.havia reconsiderado a idéia inicial, que seria preferível fazer o  
1001.uso deste recurso público evidentemente, um bem comum da Uni-  
1002.versidade, mas em comum acordo com as unidades. Situação com  
1003.pletamente diferente e alterada por Portaria baixada dois ou  
1004.três dias após, com aquela referida de nºs 171 e 172. Não sa-  
1005.bemos exatamente qual é o Salão que não tinha uma utilização '  
1006.plena nesta Faculdade. Não sabe precisar qual o salão referi-  
1007.do, se é o utilizado para museu de Fitossanidade, e que por -  
1008.deliberação da Reitoria, foi utilizado como local para rece-'  
1009.ber o material de museu de Zoologia que então estava precaria-  
1010.mente localizado na cidade. A definição quanto ao uso deste '  
1011.salão é praticamente impossível definir. Aguarda no entretan-  
1012.to, uma definição que deverá ser dada ao museu de Zoologia pa-  
1013.ra então pudermos dar andamento ao destino final da utiliza-'  
1014.ção do salão. No entanto se o salão é a "sala H", sala que a '  
1015.Faculdade de Agronomia reserva de uma maneira particular para  
1016.a realização de provas, é uma sala que dentro deste esquema, '  
1017.da Portaria anterior, esta a disposição, não somente desta -  
1018.Unidade, como também de todas as Unidades através da Pró-Rei-  
1019.toria Acadêmica e de Assistência para sua utilização. Além do  
1020.mais era uma área que estava sendo prevista como uma sala de  
1021.expansão para o Departamento de Engenharia Rural, o qual diga-  
1022.-se de passagem é uma ala que abriga um Departamento da Facul-  
1023.dade e o Curso de Engenharia Agrícola, transformado em Unida-  
1024.de Especial. Quanto ao "Salão Nobre", disse o Conselheiro que  
1025.em determinado momento fomos chamados pelo Magnífico Reitor e  
1026.dois Pró-Reitores, para tomarmos ciência para as dificuldades  
1027.que se encontrava a Reitoria em atender as dificuldades de '  
1028.seu prédio limitadas em espaço, e levantada como solução a u-  
1029.tilização desta sala para reunir os Conselhos Superiores da  
1030.Universidade. O assunto veio ao Conselho Departamental e mani-  
1031.festamos inteiramente abertos a idéia, desde que, fôsse manti-  
1032.da a identidade deste salão, porque acreditamos que a locali-  
1033.zação dos Conselhos Superiores neste prédio era eventual, ten-  
1034.do em vista o futuro desenvolvimento da Universidade. Assim '  
1035.foi declarada em viva voz em nome deste Conselho, reiterando'

K

1036.a satisfação desta Casa, além do prestígio e a honra de poder  
1037.receber este Conselho. A "questão dos afastamentos". Em momen  
1038.to algum fizemos menção e não tivemos a petulância de anali-  
1039.sar como o Magnífico Reitor ou qualquer outra autoridade ou  
1040.colega se utilize dos critérios adotados para utilização de  
1041.suas férias. Sabemos que administradores da Universidade tive-  
1042.ram que dedicar longos períodos de afastamento para defende-  
1043.rem os interesses da sua Instituição. Não cremos de forma nen-  
1044.huma, no mérito destes afastamentos. Simplesmente, queríamos  
1045.dentro do contexto de uma visão, de uma administração, em que  
1046.houve concentração do poder decisório, não só através da con-  
1047.centração de fortalecimento da própria Reitoria, e dentro des-  
1048.te condicionamento houvesse realmente impecilios e dificulda-  
1049.des eventuais na resolução de alguns problemas. Mesmo admitin-  
1050.do a participação efetiva e a ação oportuna da Vice-Reitora  
1051.nos afastamentos do Magnífico Reitor, assumia a Reitoria den-  
1052.tro de suas atribuições. Admitido este contexto é fácil enten-  
1053.der que alguns assuntos ficavam na dependência do pensamento  
1054.e da decisão pessoal do titular. É o caso por exemplo, da úl-  
1055.tima reunião do Conselho Universitário, foi levantado um as-  
1056.sunto da mais alta relevância para a comunidade desta Univer-  
1057.sidade, assunto este que teve que aguardar o retorno do Magní-  
1058.fico Reitor para ser equacionado em Brasília, e felizmente  
1059.foi equacionado, o problema da suplementação de pessoal apo-  
1060.sentado, e de uma maneira particular o auxílio doença. É fa-  
1061.cil imaginar a inquietação, a angústia e a incerteza daqueles  
1062.que durante este período, tiveram que ficar aguardando uma de-  
1063.cisão definitiva se seria mantida, ou restabelecido o auxílio  
1064.doença. Sem fugir a responsabilidade de Diretor, de Professor  
1065.e membro do Conselho Departamental, quer deixar bem claro que  
1066.as manifestações que fizemos, o fizemos na qualidade de Presi-  
1067.dente de um órgão Colegiado. Disse ainda que isto muitas ve-  
1068.zes não é fácil de entender, especialmente quando buscamos  
1069.conduzir a Instituição de uma forma democrática não fazendo  
1070.valer o pensamento pessoal do titular, e sim transmitir o  
1071.pensamento de um órgão Colegiado que sobre o qual deve estar  
1072.estruturado a Instituição. As consequências da atual estrutu-  
1073.ra da Universidade, as suas indefinições, e sabemos perfeita-  
1074.mente que é um problema palpitante de nossa comunidade, por  
1075.tudo e pelo modelo que devemos implantar em termos da Univer-  
1076.sidade Federal de Pelotas. Sabemos que o atual Regimento apre-  
1077.senta falhas, incoerências, pontos a serem definidos. No en-  
1078.tanto, sentimos que ultimamente, uma série destas falhas, e  
1079.incoerências se tornaram mais evidentes ou trouxeram maiores  
1080.consequências reais e práticas. Temos o caso do Curso de En-  
1081.genharia Agrícola, atividade que nasceu no seio da Faculdade  
1082.de Agronomia Eliseu Maciel, dentro de um de seus Departamen-  
1083.tos, esta Universidade dispendo de dois Departamentos, Depar-  
1084.tamento de Engenharia Agrícola e Departamento de Engenharia  
1085.Rural. Realmente todas as Instituições de prova da Universida-  
1086.de que constatarem esta realidade sentem-se confusas. Afinal de  
1087.contas qual deles, qual destas sub-unidades é a que conduz, é  
1088.que esta associada ao processo da área de mecânica, da área  
1089.de irrigação, da área de topografia? Então nos encontramos,  
1090.talvez até porque nos suscitamos um documento que foi a mani-

At

1091.festação do Conselho Departamental, o fato de que temos uma  
1092.repetição de recursos que poderia ser considerado como algo  
1093.frontalmente contrário ao espírito da reforma universitária,  
1094.implantada no país. É um assunto que deve ser analisado e  
1095.equacionado. Centros especializados que na sua definição e po  
1096.sicionamento nada deveriam ser considerados à manifestação e  
1097.o pensamento da Faculdade de Agronomia Eliseu Maciel. A Uni-  
1098.versidade estabeleceu um convênio com o Centro Especializado  
1099.em Sementes, centro este vinculado a Reitoria. A Faculdade de  
1100.Agronomia Eliseu Maciel não foi ouvida no estabelecimento deste  
1101.convênio. Esta sendo criado um regimento, que se encontra na  
1102.Comissão de Legislação e Normas, referente ao Centro de Irri-  
1103.gação de Máquinas, no qual inclusive, o Diretor da Faculdade  
1104.de Agronomia Eliseu Maciel exerce a coordenação. devo confes-  
1105.sar que até a presente data nós não fomos ouvidos, e nem se-  
1106.quer informados sobre a tramitação de tal documento. Acredita  
1107.mos que o mesmo está ocorrendo com relação ao Centro de En-  
1108.saios de Máquinas. Ora, Conselheiros, sabemos que semente, irri-  
1109.gação e máquinas são assuntos intimamente ligados a atividade  
1110.agronômica. É possível que isto possa ocorrer sem que nenhuma  
1111.unidade diretamente envolvida não seja dada oportunidade de  
1112.manifestação? Foi citado também que a administração da Fazen-  
1113.da Palma estava afeta a uma Comissão, na qual o atual Dire-  
1114.tor da Faculdade de Agronomia Eliseu Maciel era o Vice-Presi-  
1115.dente. Quer deixar bem claro, que durante este tempo ~~não~~ me  
1116.manifestei de viva voz ao Magnífico Reitor. Lamenta que não  
1117.tenha colocado por escrito, porque parece que em determinados  
1118.momentos mais vale o que está escrito em detrimento daquilo  
1119.que existe. Foi criada uma Comissão de Assessoria da Reitoria  
1120.para assuntos da Estação Experimental da Palma, da qual o Vi-  
1121.ce-Diretor foi designado como Vice-Presidente da referida Co-  
1122.missão de Assessoria. Isto já foi uma forma encontrada para  
1123.conduzir o assunto da Palma. No entanto, desde o início pro-  
1124.testamos nossa discordância. Não que a Faculdade de Agronomia  
1125.Eliseu Maciel quisesse consagrar, qualquer princípio de domí-  
1126.nio absoluto sobre este recurso que evidentemente é um recur-  
1127.so precioso e que está integrado ao patrimônio da Universida-  
1128.de, mas sim por uma questão de definição, de atribuição e res-  
1129.ponsabilidade. Se historicamente, no nosso entender legalmen-  
1130.te, regimentalmente, aquele órgão suplementar estava vincula-  
1131.do a administração da Faculdade de Agronomia Eliseu Maciel,  
1132.assim como também a Estação Experimental de Piratini, com a  
1133.mesma convicção que nós vemos, víamos e veremos sempre a sua  
1134.utilização como recurso material à disposição do setor das  
1135.Ciências Agrárias da nossa Universidade. Nunca agimos de for  
1136.ma diferente porque inúmeras vezes foram elaborados projetos  
1137.de convênios para uma ação integrada. Entretanto, uma coisa é  
1139.muito importante deixar bem claro, é que aquilo é uma Estação  
1140.Experimental de Agricultura e Pecuária, não é, nas suas ori-  
1141.gens pelos menos, um centro para estudos determinados. Ela pode  
1142.rá ter sua ampliação na sua destinação, como esta tendo o de-  
1143.senvolvimento da área de Engenharia Agrícola. O importante, e  
1144.muitas vezes a fuga da distribuição de responsabilidade, para  
1145.que haja também a forma de cobrança, é um sintoma do nosso en

A

146  
5/24

1146. tender do processo de centralização. Para elucidar isto, a Co  
1147. missão de Assessoria não é uma Comissão executiva, é uma Co-  
1148. missão coordenadora de ação. Uma Comissão de Assessoria da  
1149. qual o Presidente é o próprio Reitor. Como a nós cabia a  
1150. ação suplementar, ou seja aquela que por delegação do presi-  
1151. dente houvesse por bem ser desenvolvida em termos de assesso-  
1152. ria. Não entendíamos muito bem como próprio Reitor criando  
1153. uma Comissão de alta assessoria fosse o próprio Presidente.  
1154. Fez menção também o Magnífico Reitor, ao período da Palma  
1155. quando era Diretor do Instituto Agronomico do Sul e posterior-  
1156. mente com o Prof. Ernest Poetch. Nós nos sentimos a vontade  
1157. para analisar o problema da Fazenda da Palma porque fizemos  
1158. nosso trabalho na Faculdade de Agronomia Eliseu Maciel como  
1159. técnico daquela Estação Experimental. Por questão de justiça  
1160. deva-se dizer que naquele tempo vivia a Palma períodos aureos.  
1161. É interessante dizer que os problemas da Fazenda da Palma  
1162. começaram a surgir no momento em que ela deixou de ser uma Es-  
1163. tação com fins próprios, passando a integrar-se ao contexto  
1164. da Universidade, comobase para o trabalho de pesquisa de expe-  
1165. rimentação para os docentes da área agrária em que a pesquisa  
1166. era condição sine qua non para o docente poder reassumir os be-  
1167. nefícios chamados de tempo integral. A Estação quando passou  
1168. a ser campo de ação de todos aqueles que por uma imposição  
1169. até mesmo do modelo implantado, precisava realizar algum tra-  
1170. balho para satisfazer o quesito da pesquisa, tinha como única  
1171. alternativa a Palma, e esta deixou de ter seus objetivos pró-  
1172. prios e passou a ter que atender as necessidades de inúmeros  
1173. departamentos que foram criados nesta área. A partir deste mo-  
1174. mento, associado com a dificuldade de recursos, a Palma não  
1175. desenvolveu-se de forma melhor. Por outro lado, por questão  
1176. de justiça, o esforço dispendido por um grupo expressivo de  
1177. professores da Casa, com sacrificios pessoais, noites mal dor-  
1178. midas, inquietações, de riscos de trabalho, foi se dando um  
1179. planejamento global para a Fazenda da Palma, conquistando-se  
1180. passo a passo, com retrocesso, conquistas e derrotas. Com  
1181. projetos do FINEP se iniciou a instalação de uma nova leita-  
1182. ria, e por questão de justiça, se deixa uma proposição de que  
1183. esta leitaria receba o nome do Prof. Jorge Luiz Cassal, gran-  
1184. de idealizador daquele organismo. Foi citado nome do Profes-  
1185. sor Renato Rodrigues Peixoto que continua desenvolvendo situa-  
1186. ção de pesquisa. O Prof. Peixoto, continua um pesquisador bri-  
1187. lhante, homem que deu grande parte de seu talento pelo de-  
1188. senvolvimento da pesquisa na Estação Experimental da Palma.  
1189. Continua realizando seu trabalho porque conseguiu localizar  
1190. seu problema diário, em convênio com a Embrapa, no Campus e  
1191. não na Estação Experimental da Palma. A Agronomia possui três  
1192. veículos, com atividade em cinco cursos de Pós-Graduação em  
1193. atividade de Graduação, e em cinco outros cursos que não o da  
1194. Agronomia. É natural, que pelo menos se dispõe de recursos  
1195. tão elementares como este. Finalizando o Conselheiro Gilberto  
1196. Azambuja Centeno disse que colocaria-se a disposição  
1197. dos Conselheiros, a Comissão que o Magnífico Reitor pro-  
1198. pôs, parecendo-lhe muito oportuna, dizendo ainda que queria  
1199. deixar bem claro que o objetivo da Faculdade de Agronomia Eli-  
1200. seu Maciel é reiterar que seja aquela Casa, que com lutas,

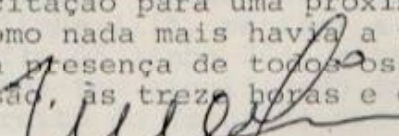
1201. fracassos, erros e acertos, conseguiu ao longo destes últimos  
1202. com anos ser aquele instrumento à disposição do crescimento  
1203. integral do homem que continue a ser motivo de orgulho e sa-  
1204. tisfação para a comunidade local e nacional, esteja aquela Ca  
1205. sa aberta a todos aqueles que vem de onde vierem, desta re-  
1206. gião Sul, norte do Estado, do centro do país, enfim de fora  
1207. do país, aquela Casa esteja aberta, pronta para acolher todos  
1208. aqueles que queiram fazer a sua contribuição para o bem comum  
1209. desta comunidade, do país, enfim do mundo se quiserem. Os er-  
1210. ros que cometemos, aqueles que foram chamados a servi-la como  
1211. dirigentes estão todos eles sujeitos a erros, frutos de sua  
1213. época e de suas limitações, mas que fique bem claro que todos  
1214. eles procuraram acertar. Dentro deste princípio de constru-  
1215. ção, de somar, de criar condições para que o mundo seja me-  
1216. lhor é que nós continuaremos lutando até o último instante. O  
1217. Senhor Presidente disse que iria fazer um esclarecimento, di-  
1218. zendo que foi citado que nas ausências do Reitor a falta de  
1219. solução para um problema que preocupou a todos, aquele que  
1220. se refere a suplementação e do auxílio doença. Quer lamentar  
1221. que não se tivesse lido a nota oficial que foi publicada pos-  
1222. teriormente distribuída a todos os Diretores, a qual não é ci-  
1223. tada, dando a impressão que o assunto ficou esperando a solu-  
1224. ção do Reitor. Disse que isto não é verdade, e que na realida  
1225. de, no momento em que foi tomado conhecimento do assunto, -  
1226. quando a auditoria do pessoal esteve na Universidade, sendo  
1227. que a referida auditoria aqui esteve por uma decisão geral do  
1228. Ministério da Educação e Cultura em todas a Universidades do  
1229. Brasil, fazendo uma série de revisões de problemas de pessoal  
1230. que estavam irregulares - desde fevereiro do problema,  
1231. adotamos uma forma de trabalhar e acreditamos que a for-  
1232. ma que adotamos foi positiva. Foram a Brasília o Assessor Ju-  
1233. rídico e a Diretora do Departamento de Recursos Humanos, to-  
1234. dos eles trabalhando em torno do assunto naquela área. Quando  
1235. vimos o momento de falar ao Secretário Geral do Ministério da  
1236. Educação e Cultura, estávamos lá, sem que nada pudesse nos di-  
1237. ficultar, assumido a responsabilidade. Isto tudo que se fala,  
1238. em centralização só tem um nome, é que só há um ordenador de  
1239. despesas, só há uma pessoa que vai ao Tribunal de Contas, di-  
1240. zendo que este orgulho tem, pois pela primeira vez na Univer-  
1241. sidade Federal de Pelotas as contas da Universidade foram  
1242. aprovadas em onze meses pelo Tribunal de Contas, contas refe-  
1243. rentes ao ano de 1982. Isto significa que este Reitor atuou  
1244. com absoluta lisura e correção no que esta fazendo, acompanha  
1245. do pelos seus assessores da Reitoria, que o ajudaram para que  
1246. isto fosse feito assim. É por isto que estávamos preocupados,  
1247. porque sabíamos que havia vários defeitos no Regimento, como  
1248. o da comulação. O defeito da comulação não é evidente. A lei  
1249. que estabelece esta possibilidade de complementação de aposen-  
1250. tadoria diz que o nosso regimento tirou a palavra compulsório  
1251. e se colocou previdencia, criando uma modificação pequena,  
1252. transformando totalmente o problema. Disse ainda que o assun-  
1253. to é complexo e que poderá vir a discutir este assunto com  
1254. o Conselho. Disse ainda que o Conselho tratou de levantar o  
1255. problema parecendo que o Reitor não estava a par do assunto.  
1256. Não tínhamos naquele momento informações sobre todos os deta-

A

1257. lhes, porque estavamos numa luta de fazer valer o nosso pro-  
1258. blema, mas na realidade o Reitor assumiu a responsabilidade e  
1259. mandou pagar. Pergunta se alguém que tinha que receber comple-  
1260. mentação deixou de receber um mês? No caso do auxílio doença  
1261. é verdade, suspendemos porque aí, tínhamos dúvidas. O Decreto  
1262. das mordomias do Senhor Presidente da República suspendia uma  
1263. série de auxílios nas empresas e fundações. Ficamos com a dúvi-  
1264. da se este auxílio estava suspenso; fomos a Brasília levando  
1265. o assunto no momento devido, bastando dizer que em Brasília  
1266. em uma reunião de três horas resolvemos todo o problema, refe-  
1267. rente a este assunto. Isto representa a decisão e a oportuni-  
1268. dade de tomar a ação administrativa. No entanto, se isto se  
1269. chama afastamento sem responsabilidade, ou falta de responsa-  
1270. bilidade ou centralismo, pode se chamar, mas quem paga e quem  
1271. assina uma responsabilidade é quem decide, e deixar de tomar  
1272. decisão nunca deixou. Disse ainda que quem molesta é quem to-  
1273. ma decisão, ficando então uma sugestão para quem venha a ser  
1274. o novo Reitor, que é preferível não tomar decisões para poder  
1275. ter, talvez, maior prestígio geral na Universidade. Concedida  
1276. a palavra ao Conselheiro Neomir Alcântara, disse que com rela-  
1277. ção as Portarias nºs 171, 172 e 24, vai fazer averiguações  
1278. porque o Conselho Universitário tem o poder de revogá-las,  
1279. vai fazer um estudo e posteriormente irá trazer o assunto a  
1280. este Conselho, tentando a sua revogação, pois as referidas  
1281. portarias trazem em seu bojo problemas muitos sérios. Reconhe-  
1282. ce, por outro lado, que o Magnífico Reitor, tem a postura cor-  
1283. reta e isto o Conselho Universitário tem que assumir porque  
1284. as medidas tomadas nestes dois últimos anos de gestão, não  
1285. são meramente uma atitude pessoal do Reitor, mas o Conselho  
1286. Universitário é responsável pelas atividades que vem surgindo  
1287. dentro da Universidade. Reportou-se a Portaria nº 24 que tra-  
1288. ta da Fazenda da Palma, disse que foi a mesma arquivada pelo  
1289. Conselho Universitário. Disse ainda que o Reitor sabe usar as  
1290. falhas apresentadas pelo Conselho Universitário e ter adenda-  
1291. do uma série de atitudes da Reitoria e que agora se assenta  
1292. numa base legal para dizer de uma forma correta que não é uma  
1293. atitude do Reitor mas de todo o Conselho Universitário que  
1294. lhe dá este direito e que em todas as medidas se posicionou  
1295. favorável. Acha que estamos começando a caminhar num caminho  
1296. correto de fazer que este Conselho Universitário assuma sua  
1297. posição de órgão dirigente e até fiscalizador das atitudes  
1298. da Reitoria. Usando a palavra o Conselheiro Carlos Rodrigues  
1299. Peixoto, fez algumas ponderações referente ao assunto da Fa-  
1300. culdade de Agronomia Eliseu Maciel, dizendo em primeiro lugar  
1301. que os fins propostos foram atingidos, pois o documento ora  
1302. apreciado a que tudo indica é dirigido ao Reitor e não ao Con-  
1303. selho Universitário, dizendo que isto o que está ocorrendo é  
1304. o que se chama na expressão popular, de uma espécie de quei-  
1305. xa. Acha que cabe ao Reitor examinar todas as suas peças, e  
1306. se obedeça o que estabelece o fim do documento, pedindo que  
1307. seja dada ciência ao Conselho Universitário. Diz que o docu-  
1308. mento é vago só servindo para aqueles que o elaboraram e ao  
1309. Reitor. Diz que o documento nada tem de concreto, de nada ser  
1310. vindo para sua pessoa, pois não faz parte da Agronomia e nem  
1311. da Reitoria. Sua proposição é no sentido de que seja dada



180  
C. 114

1312. ciência do documento ao Conselho Universitário e o mesmo já  
1313. teria tomado ciência, dando o assunto por encerrado. Concedi-  
1314. da a palavra ao Conselheiros Helvio Debli Casalinho este dis-  
1315. se que já que o assunto tomou este rumo, gostaria apenas de  
1316. dar seu apoio, como signatário deste documento, as colocações  
1317. feitas pelo Conselheiro Gilberto Azambuja Centeno, lembrando  
1318. que na busca da Universidade realmente democratica, como to-  
1319. dos nós queremos, acha que não há restrição de hora, momento  
1320. e lugar para se debater estes assuntos. O Senhor Presidente  
1321. concedeu a palavra a Conselheira Consuelo de Azevedo Requião,  
1322. que queria expressar sua solidariedade e apoio as manifesta-  
1323. ções do Conselheiro Daniel de Souza Soares Rassier pela Facul-  
1324. dade de Veterinária e do Conselheiro Gilberto Azambuja Cente-  
1325. no pela Faculdade de Agronomia Eliseu Maciel, dizendo que es-  
1326. ta sua posição é decorrente de toda a visão que a Faculdade  
1327. de Educação tem da administração atual da Universidade, desde  
1328. o início da sua gestão. A seguir o Senhor Presidente disse  
1329. que existem duas proposições apresentadas: a primeira do Rei-  
1330. tor que se estabeleça uma Comissão Especial para analisar em  
1331. profundidade o assunto, e outra proposição a do Conselheiro  
1332. Carlos Rodrigues Peixoto que considera que o documento venha  
1333. à ciência do Conselho Universitário, e que o mesmo já teria  
1334. tomado ciência. Colocado em votação as proposições obtiverem  
1335. o seguinte resultado: pela Comissão Especial: vinte e dois  
1336. votos; por considerar o assunto encerrado: nove votos. A se-  
1337. guir foram indicados os seguintes Conselheiros para fazerem  
1338. parte da Comissão Especial: Carlos Atilio Todeschini, Eduardo  
1339. Allgayer Osório, Daniel de Souza Soares Rassier, Claudio Bor-  
1340. ba Gomes e Morenei Oliveira Chaves. Disse o Senhor Presidente  
1341. que esta Comissão deverá estudar o assunto, voltando o mesmo  
1342. ao Conselho Universitário para sua análise. - ITEM VI - APRE-  
1343. CIAÇÃO DOS REGIMENTO DOS INSTITUTO DE BIOLOGIA E CORAL DA  
1344. UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS - O Senhor Presidente solici-  
1345. tou ao Conselheiro Rubens Bellora que os Regimentos que iriam  
1346. ser relatos, ficassem para serem relatados na próxima reunião  
1347. juntamente com os regimentos que neste momento entrega a Co-  
1348. missão de Legislação e Normas, o Regimento do Instituto de  
1349. Biologia e do Coral da Universidade Federal de Pelotas, devi-  
1350. do ao adiantado da horas. - ITEM VII - OUTROS ASSUNTOS -  
1351. Concedida a palavra ao Conselheiro Adolfo Amilcar Aranaide,  
1352. este solicitou prorrogação de prazo no tocante ao estudo que  
1353. a Comissão formada pelo Conselho Universitário esta fazendo  
1354. sobre a criação do Curso de Fisologia, na Universidade Fede-  
1355. ral de Pelotas, para ser relatado na próxima reunião. O refe-  
1356. rido prazo foi concedido. O Conselheiro Neomir Alcântara usan-  
1357. do a palavra solicitou para que na próxima reunião pudesse ex-  
1358. planar a este Conselho os problemas e soluções referentes a  
1359. sede do Diretório Central de Estudantes, ficando também conce-  
1360. dida sua solicitação para uma próxima reunião do Conselho Uni-  
1361. versitário. Como nada mais havia a tratar, o Senhor Presiden-  
1362. te agradeceu a presença de todos os Conselheiros e deu por en-  
1363. cerrada a sessão, às treze horas e quinze minutos. E para  
1364. constar, eu,  Sued Ferreira Rodrigues,  
1365. Secretário dos Conselhos Superiores, lavrei a presente Ata  
1366. que após lida e aprovada será devidamente assinada. x.x.x.x.x.

